

remuneratória e no nível remuneratório 19-23 da tabela remuneratória única, com efeitos a 21 de julho de 2016.

2016-08-30. — O Diretor de Serviços de Pessoal, *João Pedro Raminhos Gomes Henriques*.

209835145

Aviso n.º 10970/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, I. P., de 14 de julho de 2016, e da anuência do serviço de origem, foi autorizada a consolidação da mobilidade na categoria, na carreira de técnico superior, de Carla Salomé da Silva Caturna, do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, no IEFP, I. P., nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ficando a trabalhadora posicionada entre a 2.ª e 3.ª posição remuneratória e entre o nível 15.º e 19.º da tabela remuneratória única, com efeitos a 2 de agosto de 2016.

2016-08-30. — O Diretor de Serviços de Pessoal, *João Pedro Raminhos Gomes Henriques*.

209834724

Aviso n.º 10971/2016

Em cumprimento do disposto na alínea b), n.º 1 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do IEFP, I. P., de 26 de abril de 2016, e do Despacho de 29 de julho de 2016, de S. Ex.ª a Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público, foi autorizada a consolidação da mobilidade intercarreiras, na carreira de técnico superior, no IEFP, I. P., da educadora de infância Maria de Fátima Mendes Ângelo, anteriormente em situação de requalificação, nos termos do n.º 5 do artigo 262.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ficando a trabalhadora posicionada entre a 5.ª e a 6.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 27-31 da tabela remuneratória única, com efeitos a 29 de julho de 2016.

2016-08-30. — O Diretor de Serviços de Pessoal, *João Pedro Raminhos Gomes Henriques*.

209834887

SAÚDE**Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.****Aviso (extrato) n.º 10972/2016**

Em cumprimento do disposto no art. 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 2619, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2016, com o trabalhador José Pedro Reis da Fonseca, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora, com a remuneração base de 1201,48 €, correspondente à 1.ª posição remuneratória da respetiva categoria.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Ana Maria Ferreira Silvestre, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

1.º vogal efetiva — José Cassiano Baptista Navalhas, enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

2.ª vogal efetiva — Maria João Silva Bernardo Ferreira, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

1.º vogal suplente — Paulo Jorge Oliveira Bruno Moita, enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

2.ª vogal suplente — Maria Beatriz Mourão Grincho, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pela n.º 1, da cláusula 6.ª, do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

28 de junho de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.
209834587

Aviso (extrato) n.º 10973/2016

Em cumprimento do disposto no art. 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 2619, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 18 de fevereiro de 2016, com a trabalhadora Carla Cecília Cerqueira da Silva Mendes, para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora, com a remuneração base de 1201,48 €, correspondente à 1.ª posição remuneratória da respetiva categoria.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente — Ana Maria Ferreira Silvestre, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

1.º vogal efetiva — José Cassiano Baptista Navalhas, enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

2.ª vogal efetiva — Maria João Silva Bernardo Ferreira, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

1.º vogal suplente — Paulo Jorge Oliveira Bruno Moita, enfermeiro da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

2.ª vogal suplente — Maria Beatriz Mourão Grincho, enfermeira da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Amadora.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pela n.º 1, da cláusula 6.ª, do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009.

28 de junho de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Nuno Venade*.

209835226

Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.**Aviso n.º 10974/2016**

Nos termos do disposto no artigo 46.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e após homologação da ata do júri constituído para o efeito, torna-se público a conclusão, com sucesso, do período experimental da carreira de enfermagem, das seguintes trabalhadoras:

Nome do profissional	Classificação final
Cármen de Jesus Serrano Horta	17,40
Cláudia Cristina Ramalho e Silva	18,50
Cláudia do Rosário Gião Risso Cavas Pinhão	18,16
Cláudia Sofia Dias Mateus	17,30
Marina Cláudia Caeiro Alfaiate	17,97
Marta Isabel Serrano de Oliveira	18,51
Marta Sofia Barroso Soares	17,40
Paula Alexandra Alves Pimpão	16,06
Paula Cristina Vaqueirinho Bilro	17,60
Tânia Cristina Mendes Faria	16,34
Vânia Cristina Noites Faustino	17,30

26 de agosto de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *José António Martinho Lopes*.

209833671

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS**Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão****Despacho n.º 10839/2016**

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a licenciada Filipa Miguel Afonso Comparado, técnica superior da Autoridade de Gestão do Programa Operacional Temático Capital Humano.

2 — Para efeitos do disposto na alínea d) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro a designada desempenhará funções nas áreas da sua especialidade, nomeadamente na ligação com os instrumentos de financiamento europeu e política da coesão.

3 — O estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto, conforme o n.º 6 do artigo 13.º

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado Decreto-Lei, o presente despacho produz efeitos a 16 de agosto de 2016.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

29 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, *Angelo Nelson Rosário de Souza*.

Nota curricular

Dados biográficos

Nome: Filipa Miguel Afonso Comparado
Nacionalidade: Portuguesa

Habilitações e atividade académica

Licenciatura em Sociologia pela Universidade Autónoma de Lisboa

Percurso Profissional

Desde 2015 — Técnica superior de análise e gestão de projetos do Programa Operacional Capital Humano (POCH).

2008-2015 — Técnica superior de análise e gestão de projetos do Programa Operacional Potencial Humano (POPH) nas áreas da administração pública, central, local, saúde e dos CNos.

Participou ainda na elaboração dos Relatórios anuais de Execução.

2005-2008 — Técnica superior de análise e gestão de projetos do Programa Operacional da Administração Pública (POAP).

Nessa qualidade assegurou também, a formação nas sessões de esclarecimento e divulgação do programa, acompanhou as unidades de gestão, participou na elaboração dos regulamentos e desenvolvimento do plano de comunicação, bem como da aplicação informática de suporte (Siifse).

2002-2005 — Técnica superior de análise e gestão de projetos do Eixo III do POEFDS — Qualificar para Modernizar a Administração Pública.

1999-2002 — Técnica superior no grupo de trabalho para a análise dos Institutos Públicos. Participou na Unidade de Missão para a Reforma da organização Territorial do Estado no Gabinete do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública.

1997-1999 — Técnica superior de análise dos dados do 1.º Recenseamento Geral dos Trabalhadores da Administração Pública no Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública.

Participou em vários seminários, conferência e *workshops* sobre diversas temáticas associadas aos Fundos Estruturais, Regras de Auxílios de Estado e Avaliação.

209834084

ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

Despacho n.º 10840/2016

No cumprimento do Despacho n.º 4694/2014, de 21 de fevereiro, do Secretário de Estado da Energia do XX Governo Constitucional, foi realizada uma auditoria com vista a apurar a existência de um risco de sobrecompensação no modo de cálculo da revisibilidade dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC) relativamente à participação das centrais abrangidas por este mecanismo no mercado de serviços de sistema.

Sem prejuízo do meu despacho anterior de 22 de fevereiro de 2016, onde, atendendo à importância das conclusões deste estudo, solicitei à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e à Autoridade da Concorrência (AdC) informação sobre as diligências que adotem, nomeadamente, no que respeita a medidas corretivas e à correção do desenho, de forma a evitar a ocorrência de situações destas no futuro, e com o intuito da garantia do bom funcionamento do mercado e do sistema e da defesa dos direitos dos consumidores.

Face às conclusões da referida auditoria e tendo em conta as recomendações da Comissão de Acompanhamento, constituída no âmbito da mesma, determino o seguinte:

1 — Manter, até ao final da vigência do mecanismo de revisibilidade anual dos CMEC, o mecanismo de cálculo de preços de serviços de

sistema e de proporcionalidade de quantidades oferecidas pelas centrais CMEC, estabelecido nos artigos 2.º e 3.º do Despacho n.º 4694/2014, de 21 de fevereiro, do Secretário de Estado da Energia;

2 — Remeter o relatório da auditoria e o parecer da Comissão de Acompanhamento à ERSE para efeitos da monitorização dos preços acima referidos e, caso se justifique, face aos resultados apurados nos referidos relatórios, encontrar as formas regulatórias e sancionatórias mais adequadas para os tratar;

3 — Remeter à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) os relatórios da auditoria e o parecer da Comissão de Acompanhamento no âmbito das competências atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de dezembro;

4 — Remeter à Direção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia, através da DGEG, os relatórios da auditoria e o parecer da Comissão de Acompanhamento, no quadro do compromisso de monitorização assumido pelas autoridades nacionais no âmbito do Auxílio Estatal N 161/2004;

5 — Remeter à AdC o relatório da auditoria e o parecer da Comissão de Acompanhamento, na medida em que os resultados apurados devem ser avaliados à luz do regime jurídico da concorrência.

26 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado da Energia, *Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches*.

209835089

Direção-Geral de Energia e Geologia

Aviso n.º 10975/2016

Faz-se público, nos termos e para efeitos do artigo 18.º e do n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de março que Silicália Portugal — Indústria e Comércio de Aglomerados de Pedra, S. A., requereu a atribuição de direitos de concessão de exploração de depósitos minerais de quartzo, numa área denominada “Sapelos”, localizado nas freguesias de Sapiãos, concelho de Boticas e distrito de Vila Real, ficando a corresponder-lhe uma área de 23,2559 hectares, delimitada pela poligonal cujos vértices, se indicam seguidamente, em coordenadas no sistema PT-TM06/ETRS89:

Vértice	X (M)	Y (M)
1	- 43605,314	227197,920
2	- 43936,316	226974,928
3	- 43616,328	226487,925
4	- 43285,326	226709,917

Convidam-se todos os interessados a apresentar reclamações, por escrito com o devido fundamento, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso. Subsidiariamente, no mesmo prazo de 30 dias, são convidadas outras partes interessadas a apresentarem um pedido concorrente para efeitos no n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 88/90 de 16 de Março.

O aviso, o pedido, e as plantas estão patentes para consulta, na página eletrónica desta Direção-Geral e dentro das horas de expediente, poderão ser objeto de consulta na Direção de Serviços de Minas e Pedreiras desta Direção-Geral, sita na Av.ª 5 de Outubro, n.º 208, 6.º Andar, (ed. Santa Maria), 1069-203 Lisboa, entidade para quem devem ser remetidos as reclamações.

23 de agosto de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Cristina Lourenço*.
309828722

AMBIENTE

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Despacho n.º 10841/2016

Nos termos e ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º e da alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, determino a cessação de funções no meu gabinete da técnica especialista Sandra Isabel Felgar Borges Enteiro, designada pelo Despacho n.º 1706/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 23, de 3 de fevereiro de 2016, com efeitos a 30 de junho de 2016.

29 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Carlos Manuel Martins*.

209836255